

O TRABALHO VOLUNTÁRIO: da caridade à busca da cidadania

Célia Soares Martins*

RESUMO

Este trabalho é fruto das reflexões feitas no âmbito da pesquisa: Transformações Contemporâneas e Sistema de Controle Social nas Relações Campo e Cidade: trabalho luta e prática do Serviço Social no Maranhão desenvolvida pelo Grupo de Estudos, Pesquisas e Debates em Serviço Social e Movimento Social do qual faço parte. Buscam-se elementos para o resgate histórico do Trabalho Voluntário nas ações dos diferentes sujeitos sociais demonstrando as ações de caridade até sua incorporação da cidadania. Destacando o papel da Igreja, do Estado, do Terceiro Setor e das Organizações não Governamentais.

Palavras-chave: Trabalho Voluntário, Igreja, Terceiro Setor e Organizações não Governamentais.

ABSTRACT

This work associates the Group of Studies, Research and Debates in Social Service and Social Movement to it in unfolding of the research: Transformations Contemporaries and System of Social Control in the Relations Field and City: work, practical, fight and of the Social Service in the Maranhão. One searches elements for the historical rescue of the Voluntary Work since its action of charity until its incorporation of the citizenship. Detaching the paper of the Church, the State, the Third Sector and the not Governmental Organizations.

Word-keys: Voluntary work, not Governmental Church, Third Sector and Organizations.

1.INTRODUÇÃO

Este estudo faz uma discussão do ponto de vista histórico acerca da questão do Trabalho Voluntário, explicitando o processo de mudanças na estrutura do poder político e ideológico no Brasil, situando este debate no contexto das determinações capitalistas. Nesse sentido, entende-se que este a forma como este tipo de trabalho tem sido incentivado pelas políticas neoliberais contribui para ampliar as condições de precarização social dos segmentos mais empobrecidos.

*Mestre. Docente- Departamento de Serviço Social- Universidade Federal do Maranhão.

Sabe-se que em todas as sociedades desde as mais primitivas sempre existiram formas espontâneas de solidariedade.

De acordo com Giovanni (ano 1998, p. 9):

Não existe sociedade humana que não tenha desenvolvido algum sistema de proteção social.

...a historiografia das sociedades antiga, moderna e contemporânea, demonstram e registram formas de solidariedade social, que atuando de modo extremamente rústicos ou com altos níveis de sofisticação organizacional, têm percorrido, no tempo e no espaço, os grupos sociais, como um processo recorrente e universal.

No caso brasileiro, identifica-se a presença do trabalho voluntário desde sua colonização, através dos padres jesuítas. No entanto, entende-se que neste período este tipo de voluntariado se diferenciava do atual, haja vista que sua orientação estava fincada nos princípios ético-cristãos os quais incentivavam a partilha de bens aos mais necessitados, “como forma de salvação da alma”. Desse modo, ele nasce com a cultura da caridade, do benemérito, da benevolência, da filantropia, da doação, da solidariedade.

Essa cultura de “caridade aos pobres”, instituída pelos europeus, perdurou por muitos séculos.

Para Landin, (ano 2000, p. 13-14):

...o catolicismo implantado no Brasil não foi apenas religião de Estado. Caracterizou-se igualmente pela prática do chamado catolicismo popular, permeado de tradições medievais ibéricas, que veio para cá com os colonos e se desenvolveu através de uma grande quantidade de agentes leigos não articulados entre si, os quais se encarregavam dos trabalhos religiosos diante de um campo clerical reduzido e segmentado. É o catolicismo dos santos padroeiros, das devoções, das festas, dos santuários... e é exatamente nesse campo que o “indivíduo vai encontrar as associações voluntárias como irmandades e confrarias, através das quais tem acesso aos serviços sociais, ao lazer, à convivência social (Santos, op. cit, apudLandim p. 156)

Dessa forma o trabalho voluntário fica secularmente atrelado à igreja e a classe rica ancorado na filosofia do cristianismo obedecendo as encíclicas papais. O Estado até então também estava submetido aos poderes desta mesma instituição. Sendo assim, só vai reconhecer os direitos sociais e humanos no final do século XX após lutas sangrentas contra a ditadura militar, que embora empregando a ideologia nacionalista ou o modelo de desenvolvimento estado - nação não praticava ou não pratica a universalidade da cidadania. (Sposati, 2002, p. 01)

Nesse processo evolutivo a igreja católica Latino Americana se renova fazendo algumas fissuras com as determinações romanas e cria o movimento da Teoria da Libertação que anseia a luta por uma nova sociedade.... uma sociedade alternativa à capitalista, mas realmente alternativa e por isso que vai dos socialismos reais, na direção do projeto desses últimos e de suas potencialidades intrínsecas. (Santos, 2006, p. 149)

Neste momento setores da Igreja católica buscam uma alternativa de justiça social para os segmentos mais desfavorecidos da sociedade, através do incentivo à criação de organizações da sociedade civil objetivando lutar por direitos e assim construir um novo patamar de cidadania, com mais justiça. Aqui para fechar e antes de passar para o outro momento, deves dizer o que aconteceu, quais os ganhos advindos desse movimento.

Com o processo de globalização e o fortalecimento da política neoliberal, os direitos sociais tornam-se mais escassos, pois os novos determinantes macroestruturais impostos pelo modelo de acumulação vigente acabam por favorecer um maior empoderamento ao capital financeiro e uma maior fragilização da economia mundial, particularmente daquelas menos desenvolvidas. Aliado a isto se tem intensos movimentos de reformas desde o processo produtivo até no modo de regulação e de atuação do Estado. Passa-se de um padrão de Estado alargado, interventivo, regulador para um modelo de Estado mínimo, sobretudo, no tocante às Políticas públicas de corte social.

É nesse contexto de redução do Estado que vários grupos da sociedade buscam a criação e/ou renovação de novos espaços de lutas na procura de possíveis soluções para os segmentos sociais mais pauperizados.

Nesse sentido, é que se verifica desde meados dos anos 1970 e com mais intensidade nos anos 1980 a emergência e diversificação de um *“chamado Terceiro Setor o qual passa a difundir um conjunto de valores que privilegia a iniciativa individual, a auto-expressão, a solidariedade e a ajuda mútua”*. (Mañas, 2002, p. 287).

É neste setor que vamos encontrar as chamadas Organizações não Governamentais (ONG's), que são caracterizadas por não visarem lucros. Estas organizações são de âmbito privado, porém, servem aos interesses públicos nas várias áreas como: crianças e adolescentes, terceira idade, segurança, ecologia, educação, saúde, etnias, etc... sem deixar de lado atividades pontuais, emergenciais, incorporando a luta pela cidadania no embate pela efetivação dos Direitos Sociais.

A literatura sobre o assunto mostra que as ONG's vem se constituindo um setor gerador de empregos, tanto para profissionais com curso superior de diferentes formações como para pessoas com curso médio. Os seus recursos são oriundos das mais variadas fontes como: bancos, instituições internacionais, organismos oficiais e privados internacionais, de empresas e doadores caridosos etc.

Ademais, segundo DOGMENEGHETTI (2001, p. 24, 25):

As entidades estão cada vez mais envolvidas na geração de recursos próprios, proveniente da venda de produtos e serviços. Dentro das ONG's é destaque também o trabalho dos voluntários, hoje revertida não só pela questão da caridade pela caridade, mas pela ajuda na busca de Direitos Sociais. A sociedade se diz mais consciente sobre problemas gerados pela pobreza e se disponibilizam mais através de ações voluntárias buscando parceria entre o público e o privado.

Rico (1998) também reflete sobre essa questão quando afirma que a dificuldade de investimento em programas sociais que efetivamente enfrentam a miséria e a exclusão social “obriga” o Estado a estabelecer parceria com a sociedade civil. A escassez de recursos faz parte de um cenário que praticamente coloca a responsabilidade civil do cidadão... como indispensável ao enfrentamento da questão social (Rico. 1998, p. 31).

Hoje o assistencialismo pelo assistencialismo aos poucos vai dando lugar às lutas que se configuram na realidade da busca por justiça social, onde encontramos voluntários também com posições mais claras, mais formativas sobre o olhar dos Direitos Sociais. *“Aqui o ato de doar não mais se apresenta como um gesto de crença e virtude teológica, mas como um gesto de solidariedade entre seres humanos”* (Gropp. 2002, p. 119).

Alguns autores definem o voluntário como o cidadão motivado pelos valores de participação e solidariedade, pois, doa seu tempo e seu trabalho de maneira espontânea e não remunerada para contribuir com causas de interesses sociais e busca de afirmação de cidadania. Dessa forma os candidatos ao trabalho voluntário tem que cumprir regras, normas, treinamentos, deveres etc, além de um bom conhecimento da realidade. Tem que, sobretudo se submeter às exigências da Lei 9.608/98, que determina entre outras coisas a preservação das Instituições trabalhistas de qualquer forma de pagamento indenizatórios.

A priori, entende-se que o trabalho voluntário historicamente teve evoluções interessantes, sobretudo quando avança na busca da consciência política e cidadã. Por outro lado, necessário se faz o aprofundamento através de estudos e pesquisas nas várias instâncias, ou seja, em diferentes instituições, locais, atores, as tendências nas quais o trabalho voluntário vem se desenvolvendo, se de fato tem essa nova proposta progressista, ou se está apenas mascarado a serviço do projeto neoliberal, pois entende-se que as questões sociais tem que ter prioridades, não podem ser consequência do econômico, isto sim seria um grande passo para que o trabalho voluntário de fato fosse um elemento importante no processo de transformação social, independente do setor que atue.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendo que os problemas sociais têm suas principais causas determinadas pelo modelo de produção capitalista. Por outro lado, sabe-se também que as transformações de um sistema social não se fazem instantaneamente como num passo de mágica, mas sim através da luta social envolvendo os vários segmentos sociais e estes defendendo os mesmos objetivos.

Sendo assim, acredita-se que neste contexto atual, que é de precarização intensa do trabalhador e, portanto, de acentuação da miséria aliada à retração das políticas sociais, mais do que nunca a única forma de acabar com as desigualdades seria acabar com esse modelo de produção.

Diante do exposto, alternativas surgem como o chamado Terceiro Setor e com ele várias formas de trabalhos voluntários, hoje revestido com a busca da cidadania. São instituições aceitas e criticadas. Alguns acham que é a solução para os problemas sociais, outros acham que são verdadeiras armações das determinações neoliberais.

Enquanto as mudanças estruturais não acontecem, o trabalho voluntário espontâneo e não imposto não é a solução desejada, mas é uma alternativa cidadã.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista. **A solidariedade e o projeto histórico da emancipação humana**: questões e perspectivas no Brasil. Mimeografado. São Luís – Ma, 2005.

DI GIOVANNI, Geraldo. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual, In. **Reforma do estado & políticas de emprego no Brasil**/ Marco Antônio de Oliveira (Org.). – Campinas (SP): UNICAMP. IE, 1998, p.9 – 29.

DOMENEGUETTI, Ana Maria. **Voluntariado**: gestão do trabalho voluntário uma organização sem fins lucrativos. SP, Editora Esfera, 2001.

FERNANDES, Rubens César. **3º setor desenvolvimento social sustentável**. Coletânea. Editora Gife.

GROOP, Beatrice. **Voluntariado e a gestão das políticas públicas sociais**: a ação do voluntariado na perspectiva das comunidades de práticas enquanto processo de aprendizagem socialmente compartilhado. Editora Futura. São Paulo, 2002.

LANDIM, Leilah. **Para além do mercado e do estado?** Filantropia e cidadania no Brasil. ISER Núcleo de Pesquisa. Rio de Janeiro, 1993.

MAÑAS, Antonio Avico. **A gestão do Terceiro Setor**: garantia de sucesso nas mudanças da sociedade. Editora Futura. São Paulo, 2002.

Relação Social tardia: características das políticas sociais latino americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. **Fórum Social Mundial**. Mimeo. Porto Alegre, 2002.

SPOSATTI, Aldaíza. **Voluntariado e a gestão das políticas sociais**. Editora Futura. São Paulo, 2002.

SANTOS, Valéria. **O trabalho voluntário na pastoral da criança**. Monografia Mimeo. São Luís, 2006.